

Dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Combate à Fome e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes o Plano Municipal de Combate à Fome, destinado a promover a justiça social por meio da entrega de cestas básicas as famílias carentes que se encontrem em situação de necessidade econômica.

§ 1º - As empresas que participarem de todas as modalidades de licitações públicas promovidas pela administração direta e indireta, autárquica e fundacional realizada pelo Poder Público Municipal poderão aderir ao Plano Municipal de Combate à Fome, doando 1% (um por cento) do valor recebido em eventual contratação com o Poder Público Municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social, disposto por meio da Lei Municipal nº. 6.081/1996.

§ 2º - As doações destinadas ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio da adesão de empresas ao Plano Municipal de Combate à Fome, conforme disposto no § 1º do Artigo desta Lei Municipal, constituirá receita nos termos do Art. 2º da Lei Municipal nº. 6.081/1996.

§ 3º - As doações destinadas ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio da adesão de empresas ao Plano Municipal de Combate à Fome, conforme disposto no §1º do artigo 1º desta Lei, devem ser utilizadas exclusivamente para a compra de cestas básicas que deverão ser distribuídas as famílias carentes que se encontrem em situação de necessidade econômica.

Art. 2º - A caracterização da família em situação de necessidade econômica para fins de inclusão no Plano Municipal de Combate à Fome obedecerá aos seguintes critérios:

I – ser residente neste Município há pelo menos 02 anos;

II – estar referenciada no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) de sua base territorial;

III – estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

IV – estar em situação de pobreza ou extrema pobreza, conforme classificação estabelecida pelo CadÚnico;

Art. 3º - Para fins desta Lei, família é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento de renda e ou dependência econômica.

Art. 4º- Serão priorizadas as famílias que tenham crianças com idade inferior a 04 anos e/ou idosos acima de 65 anos e/ou pessoa com deficiência.

§1º - Para fins de aferição da renda familiar, serão utilizados os mesmos parâmetros estabelecidos pela regulamentação do CadÚnico.

§2º - O cadastramento das famílias será feito nos CRAS por meio de apresentação da documentação de todos os componentes do núcleo familiar e preenchimento dos formulários próprios do CadÚnico e do Plano Municipal, podendo ser realizada visita familiar para emissão de parecer e relatório social como condicionante para a entrega das cestas básicas.

Art. 5º - A entrega de cestas básicas por meio do Plano Municipal de Combate à Fome será realizada sem caráter de continuidade, conforme disponibilidade financeira apurada por meio das doações realizadas pelas empresas que aderirem ao plano.

Art. 6º - Em todas as contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional realizadas pelo Poder Público Municipal será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as empresas que aderirem ao Plano Municipal de Combate à Fome.

§1º- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas empresas aderentes ao Plano Municipal de Combate à Fome sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no §1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 7º - Para efeito do disposto no artigo 6º desta Lei, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - empresa aderente ao Plano Municipal de Combate à Fome melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da empresa aderente ao Plano Municipal de Combate à Fome, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as

remanescentes que porventura se enquadrem no § 1º do artigo 1º desta Lei, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas que aderirem ao Plano Municipal de Combate à Fome que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do artigo 4º desta Lei Municipal, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§1º - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§2º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por empresas que aderirem ao Plano Municipal de Combate à Fome.

§3º - No caso de pregão, a empresa que aderir ao Plano Municipal de Combate à Fome mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§4º - O disposto nesta Lei Municipal não exclui nenhum dos benefícios outorgados as microempresas e empresas de pequeno porte por meio da Lei Complementar nº 123/2006, que deverão sempre prevalecer.

§5º – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar nº. 126/2006, prevalecerá a proposta daquela que aderir ao Plano Municipal de Combate à Fome.

§6º – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar nº. 126/2006, aderentes ao Plano Municipal de Combate à Fome, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Art. 8º - Os editais de licitações conterão cláusulas específicas oportunizando as empresas a aderirem ao Plano Municipal de Combate à Fome, nos termos desta Lei Municipal.

Art. 9º - Os contratos públicos realizados com empresas que aderirem ao Plano Municipal de Combate à Fome conterão cláusula específica dispondo sobre a doação de 1% (um por cento) ao Fundo Municipal de Assistência Social do valor pago pela Administração Pública Municipal referente à respectiva contratação.

Parágrafo Único – A doação referente ao Plano Municipal de Combate à Fome incidirá sobre o valor líquido pago pela administração pública às empresas contratadas, após as deduções legais.

Art. 10 – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social será responsável pela execução da distribuição das cestas básicas às famílias que atenderem aos requisitos do Artigo 2º desta Lei.

Art. 11 – Os valores destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social decorrentes da adesão de empresas ao Plano Municipal de Combate à Fome deverão ser utilizados exclusivamente para a distribuição de cestas básicas, na forma disposta nesta Lei, devendo ser publicado relatório trimestral referente aos valores arrecadados e cestas básicas distribuídas, em atendimento ao princípio da transparência.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2018, 340º da Vila de São Salvador dos Campos, 182º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 365º de criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

MARCUS WELBER GOMES DA SILVA

- Vereador-

MWGS/imfa

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado a esta Colenda Câmara Municipal tem por objetivo assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, reduzindo as desigualdades, para assim, atender aos ditames da ordem econômica e financeira preconizados no Título V, Capítulo I da Lei Orgânica de Campos dos Goytacazes e Título VII, Capítulo I da Constituição Federal do Brasil.

A Constituição Federal do Brasil dispõe no artigo 3º, inciso III que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Deste modo, o Projeto de Lei ora apresentado mostra-se como um instrumento importante à consecução destes objetivos, vez que, por meio de um mecanismo voluntário, cria uma forma de captação de recursos para o custeio de importante programa social.

É importante observar que cabe aos Municípios legislar sobre aspectos específicos em matéria de licitação e contratações públicas, tendo inclusive, sido reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal que devem ser louvadas normas municipais que promovam os princípios constitucionais, conforme ora apresentada.

Assim, submeto aos nobres pares o presente Projeto de Lei, esperando contar com o apoio unânime para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2018, 340º da Vila de São Salvador dos Campos, 182º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 365º de criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

MARCUS WELBER GOMES DA SILVA

- Vereador-

MWGS/imfa-